



**40 ANOS DE PESQUISAS SOBRE O RURAL:
ENTREVISTA COM O PROFESSOR ROBERTO JOSÉ MOREIRA**

Doutor em Economia pela Universidade de Cornell, título que obteve na Universidade norte americana em 1978 e professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro desde 1982, Roberto José Moreira gentilmente nos concedeu esta entrevista durante a realização do I Simpósio Nacional Espaço, Economia e Políticas Públicas, realizado na Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas, da Universidade Estadual de Goiás, entre os dias 25 e 28 de outubro de 2011. Com uma dezena de livros publicados e quase 30 artigos científicos, as pesquisas de Roberto Moreira representam uma grande contribuição na sociologia rural brasileira. Na entrevista que segue, o professor nos fala sobre sua trajetória acadêmica, contribuições teóricas e a sistematização de seu pensamento acerca dos problemas rurais no decurso de quarenta anos de pesquisas. Boa leitura!

GX e AN: Professor Roberto, nos fale um pouco acerca de sua trajetória acadêmica, sua formação, suas pesquisas e, principalmente, suas investidas teóricas ao longo destes quarenta anos de pesquisas.

Roberto José Moreira: Começo com uma colagem de um fragmento da apresentação de meu livro: Terra, poder e território, adequando-o ao contexto desta entrevista. “Nasci em Mirassol, Estado de São Paulo, em 1943, e fui criado no seio de uma família católica, que tinha seus poderes patriarcais localizados em dois ramos familiares, de meu avô e de meu tio avô. Estes domínios se confundem com a raiz originária do poder territorial da expansão e socialização do café na primeira década do século XIX. Mirassol foi fundada em 1910 e em 1930 era considerada com uma das cidades cafeeiras mais importantes da alta araraquarense. Lá estive, cresci e estudei terminando o colegial “científico” em 1962. Após um ano na cidade de São Paulo, fazendo um preparatório ao vestibular no Curso Brigadeiro, em 1964 ingressei no curso de agronomia da ESALQ/USP, em Piracicaba, SP. Hoje reconheço que tive uma



socialização rural interiorana privilegiada pelos poderes materiais-simbólicos da família Moreira. O Golpe Militar e seus desdobramentos posteriores moldaram minha inserção acadêmica. Naquele ambiente universitário localizei minha formação em agronomia, com um quinto ano de graduação em ciências sociais agrárias – economia e sociologia rural. Apesar da hegemonia neoclássica de análise do rural – economia e administração das fazendas e análises de mercado e políticas agrícolas - naquele núcleo acadêmico, minha geração vivenciou as influências cepalina e cebrapiana. O palco dos embates sobre desenvolvimento agrícola, desenvolvimento nacional, industrialização, planejamento e reforma agrária, mesclava-se assim, principalmente pela influência de Rodolfo Hoffmann e Oriovaldo Queda, mestres, amigos e inspiradores, com as dimensões da microeconomia e macroeconomia aplicadas à gestão e administração das unidades de produção empresariais agrícolas. Durante a graduação vi-me inserido e participante no corpo docente do Instituto Metodista de Piracicaba, ministrando conteúdos de química, matemática e ciências para o ensino médio. Tornei-me um participante ativo do Movimento de Alfabetização de Adultos - Paulo Freire de Piracicaba e da região, chegando a coordenar as atividades deste movimento durante o final da graduação. Participei dos processos que levaram à Reforma Universitária e à destruição da cátedra naquela unidade da USP. Tornei-me candidato a presidente do Centro Acadêmico Luiz de Queiroz, participando de uma campanha contra os rituais selvagens do trote na ESALQ. Apesar de uma inserção ativa nesses processos tinha uma escassa compreensão dos significados que hoje atribuo àquela época. Formado em 1968, tornei-me, nas incertezas e indeterminações daquela conjuntura, o primeiro professor de Economia Rural na, então Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal, SP, hoje da UNESP. Casei-me em 1969, formando um núcleo familiar com um casal de filhos. Ali trabalhando realizei minha formação pós-graduada no mestrado de ciências sociais aplicadas, nucleado nas disciplinas de economia e sociologia rurais da ESALQ. Em 1973, após uma seleção para concurso docente, tornei-me professor do Departamento de Economia Rural da ESALQ. Em incessantes idas e vindas entre Jaboticabal e Piracicaba, inclusive com mudança de vínculo profissional, produzi alguns estudos agrários articulando terra, trabalho, capital fundiário e modernização da agricultura em uma perspectiva, penso eu hoje, inovadora. Incorporava



temáticas cepalina e cebrapiana na compreensão dos processos de desenvolvimento enfatizando as relações entre indústria e agricultura. Em uma aparente desconexão com essas pesquisas escrevi um ensaio interpretativo articulando ciência médica e reprodução de força de trabalho, revelando o caráter de classe do desenvolvimento da ciência médica. Esta pequena - mas, longa - incursão na indicação das matrizes originárias de meu pensamento científico delineia um professor-pesquisador que em 1975, era portador de uma titulação reconhecida de mestre, na ESALQ e de doutor, na FCEA de Osasco. Não pretendo me estender com este tom narrativo de minha vida profissional. O objetivo aqui é o de apresentar minha localização intelectual e meu posicionamento político social na prática científica, bem como indicar que toda a minha produção posterior sobre agricultura e desenvolvimento, modernização da agricultura, campesinato, trabalho rural e agricultura familiar, economia política da sustentabilidade, cultura, política e globalizações, bem como a mais recente sobre ruralidades e identidades sociais nos territórios tem seus fundamentos sócio-políticos fundados nessa trajetória intelectual e pessoal. Penso que somente uma re-visita interpretativa desse passado intelectual identificaria aqueles estudos com seus significados que hoje eu posso a eles atribuir. De julho de 1975 a abril de 1978, realizei um programa de doutorado em economia na Universidade de Cornell, em Ithaca, NY, USA, orientado por Tom Davis. Obtive o PhD com um estudo sobre as relações entre agricultura e indústria em uma perspectiva neo-marxiana, kaleckiana e cepalina. Construí naquelas circunstâncias uma análise, que me pareceu consistente e inovadora, sobre acumulação de capital e agricultura de subsistência no período republicano. A realização de um programa de PhD no exterior colocava-me então nas circunstâncias e possibilidades de uma estratégia acadêmica de pesquisa e de integração no interior do programa de pós-graduação de ciências sociais aplicadas daquela unidade uspiana. Na ESALQ, até aquele momento eu atuava na graduação. Estando no final de meu primeiro ano em Ithaca, vi-me sujeito a uma *cassação branca*. Meus direitos acadêmicos e meus vínculos trabalhistas junto a USP, legitimados por concursos públicos, foram unilateralmente rompidos em 1976. Somente em passado recente aquele episódio pôde ser associado a ações das Chefia do Departamento de Economia Rural, da Diretoria da ESALQ e da Reitoria da USP. Ver: www.adusp.org.br/revista, Outubro, 2004. Meu retorno ao país, em 1978, realizou-se



com uma nova inserção acadêmica, agora no Centro de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola da EIAP/FGV, RJ, criado em 1976: o Programa CPDA, que foi transferido para a UFRRJ em 1982, ao qual estou vinculado desde então.

Numa re-visita às análises acadêmicas realizadas até então eu, hoje, diria que aquele jovem representava uma personalidade singular. Nascida das elites de um poder agrário interiorano paulista, construiu em adversidades e sincronias conjunturais diversas uma perspectiva crítica neo-marxiana aos poderes agrários brasileiros, ao sistema autoritário e antidemocrático das elites aglutinadas na Constituição do Regime Militar de 1964 e, particularmente no pós-1968. Visualizava uma reforma agrária como aquela postulada por José Gomes da Silva e Carlos Lorena, meus professores em uma disciplina de especialização no quinto ano de graduação. Visualizava então, que somente uma democratização radical das estruturas dos fundamentos do poder brasileiro poderia construir uma sociedade mais democrática e justa. As análises acadêmicas realizadas deste período poderiam ser vistas, na perspectiva que hoje construo, como indicadoras dos processos de objetivação das personalidades e domínios dos poderes agrários na sociedade capitalista brasileira. Foi na ambiência acadêmica do CPDA que aquele agrônomo, com sensibilidades para as ciências sociais aplicadas ao mundo rural e com dois doutorados em economia e economia política se identificou com as práticas e teorias de outras ciências humanas e sociais incorporando algumas de suas dimensões na construção desta perspectiva analítica interdisciplinar. Foi no interior da ambiência acadêmica do CPDA que delineei conceitos e noções que moldaram a minha própria trajetória acadêmica, bem como a matriz interpretativa dos estudos mais recentes.” Este versam sobre “economia política da sustentabilidade, “renda da natureza e do ecossistema”, “identidades sociais complexas com assimetrias de poderes”, “terra, poder e território”, “ruralidades e globalizações” e pensamento científico, consciência ecológica e saberes culturais. Neste caminhar em um ambiente interdisciplinar articulador de saberes das ciências sociais fui tensionado e incorporei autores e leituras diversas que intuitivamente forjaram minhas tentativas de interpretação teórica. Só a leitura dos textos produzidos por mim poderão fazer justiça a estas inspirações diversas de um saber ao mesmo tempo coletivo e individual.



GX e AN: Agora trataremos com mais afinco de suas pesquisas recentes. O que uma economia política da sustentabilidade implica em termos epistêmicos? Ela exige novos constructos teórico-metodológicos?

RJM: Denominei aquela análise de “uma perspectiva neomarxista” por algumas razões. A primeira foi a de reconhecer a influência marxista de processos sociais em lutas e disputas entre atores, classes, categorias sociais, e mesmo nações (a exemplo das figurações-representações como nações “avançadas, periféricas, em desenvolvimento, etc.), procurando com o “neo” me diferenciar das correntes ortodoxas do marxismo. A segunda foi reconhecer que a questão ambiental contemporânea (da alta modernidade, pós-modernidade, do capitalismo tardio ou da sociedade do conhecimento) impõe ao pensamento radical (crítico) uma ruptura com os dualismos da modernidade resignificando conceitos e noções de uma época histórica. Uma época na qual se via e agia em um mundo no qual o ser humano e a natureza estavam epistemologicamente separados. Idem para corpo e mente, trabalho concreto e abstrato, superestrutura e infraestrutura... poderíamos ir aqui ao infinito nestas enumerações dualistas. A meu ver, acionar o pensamento por oposição antinômica não é o problema principal – e penso mesmo se no momento que temos que tomar uma decisão, da simples à complicada, não nos confrontamos com algo que nossa consciência registrou como opções A ou B. O problema é o de concebê-los e crê-los separados e não co-determinados pelo contexto social nos quais eles operam. As opções A e B são co-determinadas, de forma simples ou complexa. Para mim os processos sociais, apesar de complexos e múltiplos, operam em estruturas e ações de poderes assimétricos que prefiro visualizá-los de forma tríade: poderes hegemônicos, contra-hegemônicos e subalternos. Penso em poder dizer que a epistemologia fundante deste modo de ver o mundo seria compreender os processos sociais como processos políticos em todos os níveis da existência humana; expandindo a inspiração clássica e marxiana da “economia” política para a mundo das configurações culturais e das mentalidades, mas – e isto é importante – não descartando como irrelevante os processos de produção e construção social, tratados na tradição marxista como “infraestrutura econômica”. O melhor seria dizer que estes processos são “obsubjetivos”, ao mesmo tempo objetivos e



Plurais

Virtual

Universidade Estadual de Goiás

Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis

subjetivos, processos nos quais não se compreenderia a “infraestrutura econômica” como “material e real”, objetiva, em oposição a algo “imaterial e irreal”, subjetivo. O real efetivo, ou concreto é subobjetivo.

GX e AN: O Sr. tem trabalhado com autores como Baudrillard, Jameson e Canclini. Fale um pouco sobre a importância destes autores para a compreensão deste novo rural ou do rural em um mundo globalizado.

RJM: A minha apropriação destes e de outros autores, mesmo de Marx, nunca foi a de buscar compreender a obra do autor e sua importância no pensamento social. Isto pode ser atribuído a uma “falha” em minha formação marcadamente “autodidata” ou ainda a uma “positividade” criativa que este distanciamento acadêmico me proporcionou. Sei lá... O que posso afirmar é que autores – e algumas, às vezes uma, de suas obras – tensionaram o meu saber e possibilitaram-me seguir adiante. Autores os mais diversos, e não somente os três citados influenciaram minha compreensão do rural contemporâneo. A exemplo de Castoriadis, Kuhn, Capra, Bourdieu, Freud, Prigogine, Whitehead, Elias, Boaventura Santos, Eliade, os clássicos do dependentismo latino-americano, bem como outros contemporâneos do próprio campo da Sociologia e Economia “rurais?” brasileiras. Foram fontes de intuições e de saberes que marcaram a minha trajetória. Insisto, só a leitura de minha “obra”, nas quais cito um a um, poderá fazer jus a todos que me influenciaram. Expandiram meu modo de pensar. Com seus conteúdos e inspirando-me em experiências “interdisciplinares” do Programa CPDA consegui alguma segurança e prazer em continuar fazendo pesquisa e ensino. Parece-me extremamente arrogante escrever “minha obra”. O faço pelo poder de síntese, e não pela qualidade que ela possa significar. O rural, em minha produção recente, é concebido pelas ordenações políticas dos saberes e poderes (em instituições, processos e sujeitos efetivos) configurados no amálgama de poderes rurais-urbanos da modernidade burguesa: desde os processos de sua instituição revolucionária vias a vis aos embates contra os antigos regimes e a constituição dos impérios e colonianismos dos tempos modernos e da modernidade. Assim, pude dizer ou narrar uma sócio-histórica de tempo longo nos quais visualizei os poderes urbanos (da cultura



moderna, da indústria e da polis burguesa) em embates, lutas e cooperação com os poderes rurais. Em processos de co-determinação complexas um deles foi construído imaginariamente e estigmatizado como inferior, atrasado e conservador e o Outro foi cultural e ideologicamente representado hegemonicamente como superior e como o lugar do progresso. Procuro ressaltar ainda as especificidades das formações sociais burguesas e suas assimetrias de poderes, buscando interpretar a especificidade da formação social capitalista brasileira. O novo rural em meu pensamento é um rural “industrializado e moderno”, um rural não só agrícola, um rural construído nos nossos tempos presentes pelos poderes hegemônicos das regiões metropolitanas globalizadas e por processos de territorialização complexos. Dos três autores citados minha compreensão sobre o rural deve-se mais a Jameson, Canclini, do que a Baudrillard, sem esquecer-me de Boaventura Santos e Maria Nazareth Wanderley.

GX e AN: Em *Identidades sociais* o Sr. afirma que “O rural que desaparece é a imagem da Natureza de Heidegger. No mercado, ele se iguala ao urbano e desaparece, o novo rural se localizaria no inconsciente e na natureza do planeta. “ Poder-se-ia falar, portanto, de uma sociedade pós-moderna partindo-se da premissa de que o fenômeno urbano engendrou uma relação homem-natureza artificializada, ou seja, um mundo em que a própria natureza tenha se transformado em representação, o natural como simulacro?

RJM: Pode falar assim, mas eu não falo assim. A existência humana, os processos nos quais se dão as relações entre seres humanos e entre seres humanos e a “natureza”, são, devido a especificidade da consciência-inconsciência, simbólicas. Neste sentido são sempre “artificiais”. São relações de co-determinação mediadas pelas coisas, pela linguagem e pelas imagens. O que você chama de “uma relação homem-natureza artificializada” é o campo da realidade humana. O “natural”, no entanto”, não é apreendido em sua inteireza pela realidade humana, ou seja pelo nosso mundo simbólico. Hoje em termos físicos podemos dizer que a realidade humana (simbólica) abrange os espectros que vão da constante de Plank à constante da luz de Einstein, para além das duas resta-nos o mistério da natureza. O natural se



apresenta como simulacro se cremos que nosso mundo simbólico abarca tudo da natureza, inclusive seu mistério da mesma forma, ou seja objetivando os eventos da natureza. Sim, o mundo simbólico, incorpora os mistérios da natureza de forma imaginária - a invenção imaginária de primeira ordem de Castoriadis – que legitimado torna-se uma crença social de fundo da política e da cultura.

GX e AN: Professor Roberto Moreira, muito obrigado!

Glauber Lopes Xavier¹

Ângelo Nunes²

¹ Professor Assistente da Universidade Estadual de Goiás. Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: glauber.xavier@ueg.br.

² Mestrando em Economia Internacional e Desenvolvimento pela Universidad Complutense de Madrid. E-mail: angelo_mmm@hotmail.com.